

Do corpo à ciência: etnobiografia como dispositivo de reconhecimento e resistência

From body to science: ethnobiography as a device of recognition and resistance

Thaliane Alves Cunha

Universidade Federal Fluminense, Brasil
Niterói, RJ
thaliane_alves@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0009-0002-6610-1050>

Osilene Cruz

Universidade Federal Fluminense, Brasil
Niterói, RJ
osilenecruz@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0001-6566-8966>

Recebido em: 31 de janeiro de 2026

Aceito em: 6 de maio de 2026

Resumo:

Este artigo discute a etnobiografia como uma epistemologia legítima de produção de conhecimento nas Ciências Humanas, especialmente nos estudos sobre deficiência e acessibilidade. Fundamentado nos debates sobre reconhecimento social, justiça epistêmica e saber situado, o texto problematiza a exclusão da experiência corporal do pesquisador nos paradigmas científicos tradicionais. O objetivo é demonstrar como a narrativa em primeira pessoa, articulada a registros audiovisuais, pode operar como método analítico capaz de transformar vivências individuais de exclusão em evidências sociológicas e demandas públicas por reconhecimento. Metodologicamente, o estudo baseia-se em uma pesquisa etnobiográfica conduzida por uma pesquisadora com deficiência física, combinando relato de experiência, análise crítica e documentação audiovisual de barreiras arquitetônicas em espaços universitários. Os resultados indicam que a etnobiografia amplia a empiricidade ao incorporar dimensões sensoriais, afetivas e morais frequentemente invisibilizadas. Conclui-se que o método contribui para a democratização da produção científica ao reconhecer o corpo como fonte legítima de conhecimento.

Palavras-chave: Palavras-chave: Etnobiografia. Deficiência. Acessibilidade. Reconhecimento Social.

Abstract:

This article examines ethnobiography as a legitimate epistemology for knowledge production in the Humanities, particularly within disability and accessibility studies. Grounded in debates on social recognition, epistemic justice, and situated knowledge, the paper problematizes the exclusion of the researcher's embodied experience from dominant scientific paradigms. The objective is to demonstrate how first-person narrative, combined with audiovisual records, can function as an analytical method capable of transforming individual experiences of exclusion into sociological evidence and public claims for recognition. Methodologically, the study is based on ethnobiographical research conducted by a researcher with a physical disability, integrating experiential narrative, critical analysis, and audiovisual documentation of architectural barriers in university spaces. The results indicate that ethnobiography expands empirical inquiry by incorporating sensory, affective, and moral dimensions often neglected in conventional research. The article concludes that this approach contributes to the democratization of scientific knowledge by recognizing the body as a legitimate source of knowledge.

Keywords: Ethnobiography. Disability. Accessibility. Social Recognition.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre a etnobiografia enquanto dispositivo legítimo de produção de conhecimento científico contemporâneo. Longe de constituir um exercício meramente introspectivo, a narrativa apresentada neste trabalho é compreendida como uma epistemologia situada, capaz de articular experiência vivida, análise social e crítica institucional. Ao deslocar o sujeito da posição de objeto para o centro do processo investigativo, a etnobiografia tensiona concepções tradicionais de ciência baseadas na separação rígida entre sujeito e objeto do conhecimento.

Dutra (2010, p. 19) defende que “o conhecimento é algo que depende, em primeiro lugar, do sujeito cognoscente — pois é ele que sustenta ou não determinada proposição e é ele que está ou não justificado em ter essa crença”. A valorização das histórias singulares permite-nos aceder a nuances da realidade que as metanarrativas estruturalistas tendem a obscurecer. O foco aqui não é a individualidade isolada, mas o indivíduo enquanto ponto de intersecção de tensões sociais, políticas e culturais, usando suas experiências em favor do conhecimento científico.

Raimondi *et al.* (2019) apontam que a academia tradicional, muitas vezes, desvaloriza a pesquisa feita a partir do próprio corpo, rotulando-a como excessivamente subjetiva. Como uma forma de mostrar a valorização do próprio corpo, este artigo mostra que a riqueza do processo etnobiográfico reside na sua capacidade de unir o abstrato ao concreto. Na investigação qualitativa, a empiricidade (Severino, 2014) não é um dado bruto, mas uma construção de saber mediada pela memória e pelo percurso.

Cunha (2025), em sua pesquisa sobre acessibilidade arquitetônica em um campus de uma universidade pública federal, converte seu lugar de fala em um legítimo lugar de saber, utilizando sua experiência como mulher usuária de cadeira de rodas dentro do espaço universitário. Essa pesquisa vai ao encontro de Danner *et al.* (2020, p:61), uma vez que “[...]o lugar de fala das minorias político-culturais, em termos de crítica, reconhecimento, participação, inclusão e educação, é insubstituível e irrepresentável[...]”. Articulando a apresentação de Cunha (2025) com a proposta de Danner *et al.* (2020), considera-se que a etnobiografia não atua apenas como registro de uma vida, mas como ferramenta política que transforma essa "insubstituibilidade" em

dado científico visível, reforçando a premissa de que a centralidade do sujeito nos processos sociais não é um viés, mas uma potência reflexiva (Lima; Fazzi, 2018). Se esse lugar é irrepresentável, torna-se imperativo que o conhecimento científico adote métodos capazes de acolher narração textual em primeira pessoa não como um desvio, mas como um rigor necessário.

É nesse ponto que a etnobiografia se encontra com a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003): o relato de si deixa de ser apenas uma "história de vida" para se tornar uma reivindicação moral contra a invisibilidade institucional. Para o desdobramento analítico desses três eixos, torna-se necessário resgatar e aprofundar os contornos conceituais da autobiografia, da etnobiografia e da autoetnografia, evitando tratá-los como sinônimos intercambiáveis, conforme adverte Ingold (2011). Segundo o autor, o fazer etnográfico possui uma ordem e especificidade próprias, centradas na descrição sensível e na experiência de primeira mão.

Ribeiro e Rodrigues (2023a) consideram que a autobiografia tradicional, frequentemente limitada às relações de tempo e cronologia linear, expande-se contemporaneamente por meio de abordagens como a *autosociobiografia* e a *autobiogeografia*. Essas modalidades convertem a memória individual em um reflexo de contextos sociais mais amplos e constroem “contranarrativas” profundamente conectadas à percepção crítica do lugar e do espaço.

Por sua vez, a etnobiografia e a autoetnografia reconfiguram-se quando associadas à linguagem audiovisual. Conforme as formulações de Gonçalves (2007), o suporte fílmico atua como a "arte do duplo", operando a transição entre o mundo real e as dimensões interpretativas da vivência através de um "cine-diálogo" permanente que modifica o próprio pesquisador no campo.

Altmann (2008) destaca que a expressão da narrativa em primeira pessoa permite ao sujeito uma nova “autointerpretação” diante de realidades adversas, situando a experiência no nível da fabulação e da reinvenção de si. Esse processo converge para o modelo etnográfico discutido e caracterizado por Silva (2010) como um jogo de reflexividade constitutivo, no qual as imagens e os relatos produzidos não são

ilustrações documentais isoladas, mas instâncias onde o sujeito se constitui ativamente em tela.

Dessa forma, a articulação desses saberes biográficos assume um caráter eminentemente político. Como apontam Ribeiro e Rodrigues (2023b), o engajamento com perspectivas anticoloniais contra coloniais e decoloniais por meio de narrativas de si permite contestar discursos hegemônicos, trazendo à tona as marcas de gênero, as condições materiais da vida e os impactos das estruturas de colonização.

Ao assumir a premissa de que "o pessoal é político" (Ribeiro; Rodrigues, 2023b), a fricção do corpo deparado com as barreiras arquitetônicas universitárias, conforme relatado por Cunha (2025), deixa de ser vista sob o rótulo de uma "extrema subjetividade" (Raimondi *et al.*, 2019) e passa a atuar como uma "contranarrativa" (Ribeiro; Rodrigues, 2023a) analítico-espacial legítima. O relato corporificado deixa de ser um drama íntimo e assume-se como a revelação de problemas coletivos que exigem transformações institucionais coletivas.

Nessa perspectiva, este artigo, estruturado em três eixos de reflexão, propõe uma discussão sobre a epistemologia de resistência, a partir do aporte teórico da Teoria do Reconhecimento (Honneth, 2003). Primeiramente, apresenta-se o debate sobre a validade científica da subjetividade e do "lugar de fala" como produtores de conhecimento; em seguida, destaca-se o potencial dos saberes narrativos e audiovisuais na construção de uma "ciência do vivido"; e, por fim, são apresentadas algumas das experiências de pesquisa (Cunha, 2025) com ilustração empírica sobre como a autoetnografia¹ pode tensionar as normas de acessibilidade e revelar as estruturas de poder no espaço universitário.

1. Da “extrema subjetividade” à práxis do reconhecimento: O corpo como locus epistemológico.

Historicamente, as ciências sociais foram atravessadas pelo ideal positivista de neutralidade, segundo o qual a validade do conhecimento dependeria do distanciamento entre sujeito e objeto (Pereira; Barros, 2021). Nesse enquadramento, narrativas em

¹ Neste artigo, o termo "autoetnografia" (e suas derivações) é mobilizado para designar o produto audiovisual desenvolvido na investigação de Cunha (2025).

primeira pessoa foram frequentemente relegadas ao campo do anedótico, sendo classificadas como expressões de uma extrema subjetividade incompatível com o rigor científico.

Como argumentam Raimondi *et al.* (2019), essa recusa não é neutra, mas integra uma política de silenciamento que deslegitima corpos dissidentes e suas experiências, reproduzindo formas de colonialidade do saber. Ao negar o corpo do pesquisador como território epistemológico, a academia contribui para a invisibilização das estruturas de opressão que atravessam esses corpos, convertendo o sofrimento vivido em ausência analítica.

Essa interdição da primeira pessoa não é um dado neutro, mas pode representar uma política de silenciamento. Raimondi *et al.* (2019) destacam que a hegemonia acadêmica opera muitas vezes uma colonialidade do saber que desqualifica a vivência de corpos dissidentes, sejam eles marcados pela deficiência, pelo gênero ou pela raça, sob o rótulo de extrema subjetividade.

Nesse sentido, ao negar o corpo do pesquisador como território de saber, a instituição perpetua a invisibilidade das estruturas de opressão que atravessam esse mesmo corpo e o corpo negado torna-se um sintoma de uma ciência que recusa olhar para as suas próprias margens (Raimondi *et al.*, 2019). No entendimento de Pereira e Barros (2021):

[...] discutirmos sobre nossos corpos na vida, nas universidades, e artigos e revistas acadêmicas contribuem para as identificações e reflexões sobre nós e sobre as diferentes teorias, visões e interpretações explanadas enquanto conhecimento. Precisamos multiplicar possibilidades, encorajar e institucionalizar essas multiplicidades para reavermos urgentemente nossos corpos (Pereira e Barros, 2021, p. 15-16).

Contrapondo-se a essa lógica, a etnobiografia reivindica a subjetividade não como um viés, mas como uma lente de alta precisão. Lima e Fazzi (2018) propõem que o sujeito deve ser compreendido através de uma reflexividade constitutiva, em que o indivíduo é sempre um agente plural.

Cunha (2025), ao apresentar em um audiovisual² sua dificuldade de circulação dentro do campus universitário de uma instituição pública de Ensino Superior, não está relatando apenas um impedimento físico individual; está, também, provocando uma reflexividade que ilumina a falha arquitetônica no que tange à acessibilidade, a negligência estatal e a cultura do capacitismo.

Como bem pontuado em sua investigação preliminar: “a exclusão não era uma questão intrínseca às pessoas com deficiência, mas sim o resultado de uma estrutura social e cultural que as marginalizava” (Cunha, 2025, p: 9). O sujeito, portanto, é o ponto de ancoragem no qual as forças sociais se tornam visíveis e essa visibilidade é sustentada pela transição paradigmática do modelo médico para o modelo social da deficiência, em que o sofrimento deixa de ser lido como uma fatalidade biológica a ser ‘curada’ no indivíduo, para ser compreendido como uma opressão gerada por barreiras ambientais.

Ao evidenciar que o corpo impedido é, na verdade, um corpo barrado pela arquitetura, a investigação autoetnográfica opera em sua dimensão autobiogeográfica (Ribeiro; Rodrigues, 2023b). É nessa articulação que a etnobiografia se revela como a operacionalização metodológica da Teoria do Reconhecimento, convertendo a trajetória individual em um revelador de contextos coletivos. Se, para Honneth (2003), a luta por reconhecimento moral é a força motriz das transformações sociais, a narrativa de si é o dispositivo que converte o “sofrimento mudo”, ou o “grito emudecido” descrito por Raimondi *et al.* (2019) em demanda política e coletiva.

A empiricidade do relato de si funciona como uma prova material do desrespeito vivenciado. Assim, na concepção de Danner *et al.* (2020), ao transformar o ‘lugar de fala’ em método, a pesquisa rompe com a estática do silêncio e obriga a sociedade e as instituições a encararem o sujeito não como objeto de intervenção, mas como parceiro de interação moral ferido em sua dignidade.

² O audiovisual mencionado neste artigo decorre de pesquisa do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF), desenvolvida no campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, na qual o registro audiovisual integra o percurso metodológico e analítico da investigação. O produto do mestrado pode ser acessado no seguinte link: <https://youtu.be/LQMBKAsjph0>

Essa dignidade, contudo, não se desdobra sobre o sujeito universal ou abstrato. Em consonância com a perspectiva de Gonçalves, Marques e Cardoso (2012), que recusam a noção de um indivíduo isolado de seu tecido social, a abordagem autoetnográfica revela-se indissociável de uma perspectiva interseccional, na qual marcadores de gênero, raça e classe operam de maneira combinada para desenhar a singularidade da experiência da deficiência, retratada na pesquisa de Cunha (2025).

O registro audiovisual da pesquisa (Cunha, 2025), longe de ser um relato isolado, mostra o corpo que fala e que transita pelo espaço carregando as marcas sobrepostas de múltiplas opressões estruturais, as quais redefinem as possibilidades de autonomia e as formas de exclusão institucional. Portanto, é justamente a partir desse cruzamento de marcadores identitários que a violência do espaço se revela em sua dimensão mais severa, exigindo uma análise mais profunda sobre como esse corpo é barrado e como o seu tempo é roubado pela engrenagem acadêmica, discussão essa que será introduzida na seção a seguir.

1.2 O Corpo negado e a regência do tempo: Da lógica do caber ao lugar de saber

Antes de detalhar a tessitura metodológica desta investigação, é fundamental compreender a forma específica pela qual a exclusão se materializa no espaço universitário analisado. Cunha (2025) define esse processo como a “lógica do caber”, na qual a presença da pessoa com deficiência é admitida apenas mediante constantes adaptações individuais, sem que se produza, de fato, pertencimento institucional. Nessa lógica, a arquitetura universitária não é pensada para acolher a diversidade corporal, mas para tolerá-la de maneira condicionada e precária. Segundo a autora:

[...] a diferença entre “caber” e “pertencer” representa abordagens distintas. Enquanto “caber” está associado a adaptações forçadas, muitas vezes fomentadas pelo capacitismo estrutural, “pertencer” está ligado à visão de que pessoas com deficiência são parte integrante da sociedade (Cunha, 2025, p:16).

Essa dinâmica gera o que este artigo identifica como uma punição temporal. Conforme as reflexões de França (2022), o tempo atua como um regente da experiência humana; entretanto, no Campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF),

essa regência opera de modo assimétrico, uma vez que cada obstáculo arquitetônico impõe uma desaceleração forçada do corpo com deficiência, transformando ações ordinárias em percursos exaustivos.

Sob a ótica da Teoria do Reconhecimento (Honneth, 2003), esse tempo roubado materializa uma forma de desrespeito moral, na medida em que sinaliza que a presença daquele sujeito não foi considerada como parte legítima da dinâmica institucional e essa assimetria não é meramente física, ela é uma forma de violência simbólica (Pereira; Barros, 2021), que obriga o sujeito a negociar sua presença em cada metro quadrado, transformando o ato simples de transitar em uma performance de resistência (Danner *et al.*, 2020) contra o cronômetro institucional (França, 2022).

O audiovisual elaborado e divulgado na pesquisa surge para capturar o que Raimondi *et al.* (2019, p.14) definem como o "grito emudecido de um corpo negado" por sua extrema subjetividade, corpo esse cujas vivências e enfrentamentos espaciais são indissociáveis das marcas de gênero, de raça e das condições materiais de existência. Ao registrar o esforço físico e a fadiga, Cunha (2025) transforma o que seria um sofrimento individual em saberes narrativos (Melo; Oliveira, 2020). A autoetnografia, metodologia usada na pesquisa, permite presenciar a cena da exclusão, demonstrando que a falha na manutenção institucional é o sintoma de uma cultura que ainda não incorporou o modelo social da deficiência (Cunha, 2025).

Oliveira (2021, p. 23-26) propõe que o gesto autoetnográfico permite ao sujeito "falar mais alto do que suas cicatrizes". Ao transformar o lugar de fala em lugar de saber (Danner *et al.*, 2020), a pesquisa de Cunha (2025) não apenas relata a exclusão, mas a diagnostica, como uma falha ética de reconhecimento, engajando-se em uma perspectiva contracolonial e decolonial (Ribeiro; Rodrigues, 2023b) capaz de contestar discursos acadêmicos hegemônicos.

A partir dessa necessidade de evidenciar barreiras historicamente invisibilizadas que se convocam, na seção seguinte, à descrição do método e do dispositivo audiovisual como ferramentas de justiça epistêmica. Vale ressaltar que, no contexto desta pesquisa, a autoetnografia não se apresenta apenas como escolha metodológica, mas como uma

forma de produção de conhecimento comprometida com a experiência vivida e com a crítica às estruturas de exclusão.

A adoção da autoetnografia como método implica reconhecer que a experiência do sujeito pesquisador incide diretamente na definição do objeto, nos procedimentos de investigação e na produção dos dados. Nesse percurso, dispositivos de memória, escritas autobiográficas e narrativas de si não operam como desvios analíticos, mas como recursos metodológicos estruturantes, capazes de articular o vivido a processos sociais e institucionais mais amplos (Santos, 2017).

Sob essa perspectiva, a abordagem etnográfica atua como um potente dispositivo de escuta e escrita, em que a história contada reconstrói a relação entre a experiência singular do sujeito e as mediações coletivas que o cercam (Gonçalves; Marques; Cardoso, 2012). A experiência pessoal, assim, não se encerra em si mesma, mas atua como disparador analítico que orienta a construção do campo empírico e a interpretação dos dados produzidos.

Ao tensionar a noção de neutralidade científica, esse percurso confronta a lógica que historicamente deslegitima saberes corporificados e experienciais, frequentemente excluídos do campo científico por serem associados a uma 'extrema subjetividade' (Raimondi, 2019). Gama (2020) aponta que essa produção de conhecimento recusa a separação entre razão e emoção, corpo e teoria, assumindo os riscos de uma escrita encarnada capaz de ampliar o que pode ser compreendido e visto no âmbito acadêmico.

Essa postura converge com a proposta de Gonçalves, Marques e Cardoso (2012, p.9) de estabelecer uma estrutura narrativa orientada a propor “a não mais antagônica relação entre a subjetividade e objetividade, cultura e personalidade”. É importante ter o cuidado de não reduzir a pesquisa a um exercício puramente autobiográfico, mas sim em “contar uma história que lhe diz respeito mas que, ao mesmo tempo, abrange um contexto social mais amplo. A perspectiva do coletivo através do indivíduo [...]” (Ribeiro e Rodrigues, 2023a, p. 587). É preciso articular a experiência individual a processos culturais e sociais mais amplos, de modo que o vivido opere como disparador analítico e não como um fim em si mesmo (Santos; Biancalana, 2017).

Dessa forma, o vivido como disparador permite que a narrativa transite da esfera privada para a dimensão pública da produção de conhecimento. Essa transição é o que converte a experiência em uma ferramenta de intervenção política e científica, consolidando o que se define como saberes narrativos. A esse respeito, Gonçalves, Marques e Cardoso (2012, p.10) apontam que a etnobiografia “não se prende às dicotomias do tipo público e privado, individual e social, pois, centrando seu interesse na criatividade individual, penetra as instituições culturais a partir do seu uso, personalizando-as”.

Essa transição que converte a experiência em sua ferramenta de intervenção política e científica, consolidando o que se define como saberes narrativos. Ao assumir a premissa de que “o pessoal é político” (Ribeiro; Rodrigues, 2023b), essas histórias pessoais revelam problemas coletivos e estruturais que demandam soluções institucionais coletivas, trazendo à tona as marcas de colonização e as assimetrias materiais da vida.

É sob essa premissa de indissociabilidade entre o corpo que sente e o sujeito que teoriza que se desenha a arquitetura deste percurso, detalhada a seguir como uma prática de escrita encarnada.

2. A tessitura do método: Saberes narrativos e a escrita de si como práxis

Se o corpo do pesquisador é o lócus de produção de saber, como transpor a experiência sensível para a rigidez do texto acadêmico? A resposta reside na adoção da narrativa não como mero relato, mas como método de investigação. A autoetnografia, nesse contexto, opera através do que Melo e Oliveira (2020, p. 3) denominam "saberes narrativos", ou seja, o ato de narrar a si mesmo “[...] não se limita à narração episódica do vivido [...]”; trata-se de uma ação humana de configurar temporalmente a experiência.

Ao organizar a memória num enredo, o sujeito reelabora o passado, atribui novos sentidos ao presente e produz um conhecimento heurístico que os dados quantitativos não conseguem captar. Nessa perspectiva, a pesquisa deixa de tratar o

pesquisador como um agente externo ao campo investigado e passa a reconhecer sua experiência como elemento estruturante do próprio percurso metodológico.

Conforme Santos (2017), é a trajetória do sujeito que orienta tanto a delimitação do objeto quanto a condução da investigação, mobilizando dispositivos como a memória, a autobiografia e as histórias de vida, bem como as relações que se estabelecem ao longo do processo. Trata-se, portanto, de um percurso metodológico que explicita o caráter político da autoria e assume que as escolhas analíticas, os caminhos percorridos e os resultados são atravessados pela posição ocupada pelo pesquisador em relação ao tema investigado.

Essa escrita de si, contudo, não é um exercício pacífico. Pereira e Barros (2021) alertam que a produção acadêmica tradicional tende a colonizar os corpos, exigindo uma linguagem asséptica que apaga as marcas da dor e da exclusão. Contra essa norma, a escrita autoetnográfica deve ser performática e política. Ela precisa carregar as cicatrizes e o embaçamento da vida real para dentro do texto, rompendo com o silenciamento imposto pela hegemonia científica. Escrever sobre a barreira arquitetônica, portanto, exige uma linguagem que faça o leitor sentir o peso da exclusão, transformando a grafia em um ato de resistência.

Para além da palavra escrita, a complexidade da empiricidade do vivido convoca outros suportes de registro, como o audiovisual, recurso utilizado por Cunha (2025) para evidenciar as barreiras de acessibilidade do campus estudado. A imagem em movimento permite capturar a dimensão sensorial da experiência, do tempo de espera, do esforço físico, do olhar do outro, que muitas vezes escapa à descrição textual. Conforme sugerem estudos sobre descrições autoetnográficas sensoriais, por exemplo, o apresentado por Cocco (2021), recursos visuais e performativos ampliam a capacidade da pesquisa de tornar presente a cena estudada.

Um ponto crucial na tessitura desse método foi a decisão sobre o posicionamento do olhar. Diferentemente de abordagens que utilizam a câmera subjetiva (acoplada ao corpo), a investigação de Cunha (2025) optou por um olhar relacional. A filmagem foi executada por um cinegrafista, que acompanhou o trajeto da pesquisadora pelo campus. Essa escolha procedimental justifica-se pela necessidade e importância de capturar a

escala da exclusão, pois, se a câmera estivesse na perspectiva da primeira pessoa, apareceriam apenas os obstáculos sob sua ótica.

Ao posicionar a câmera em um observador externo, a imagem captura a relação desproporcional entre o corpo da pesquisadora e o obstáculo monumental. O vídeo registra a coreografia do impedimento: o esforço dos braços para mover as rodas ao enfrentar uma rampa de inclinação acentuada e a pequenez da cadeira diante da monumentalidade do espaço e seus obstáculos. Como apontado na dissertação que originou a reflexão trazida neste artigo:

[...] a acessibilidade arquitetônica se destaca como condição primordial para a autonomia e a participação do corpo discente com deficiência. Afinal, os ambientes físicos refletem valores sociais e podem atuar como barreiras silenciosas, determinando quem pode circular, permanecer e, de fato, pertencer à comunidade acadêmica (Cunha, 2025, p:21).

Assim, as imagens revelam que, mesmo diante de uma acessibilidade parcial, a arquitetura ainda falha ao assegurar a autonomia plena para pessoas com deficiência. Para operacionalizar essa captura, a metodologia adotou uma perspectiva rigorosa, cujo distanciamento técnico permitiu que a pesquisa deixasse de ser um mero relato íntimo para ser uma prova documental. A câmera atuou como uma testemunha jurídica e social.

O operador de câmera não foi apenas um auxiliar técnico, mas um co-construtor da cena etnográfica, cujo enquadramento buscou evidenciar não o sujeito, mas o atrito entre o sujeito e a instituição. Esse processo de filmar o outro filmando a barreira cria uma camada de reflexividade que reforça o caráter político da etnobiografia: a exclusão é algo visível, palpável e que pode ser registrado por quem observa de fora.

Portanto, a opção metodológica de Cunha (2025) pelo registro audiovisual não foi meramente ilustrativa, mas epistêmica. Ao analisar o processo de construção da pesquisa, observa-se que a escrita convencional, por si só, não daria conta de traduzir a fricção entre a cadeira de rodas e as barreiras do Campus Gragoatá (UFF). Foi necessário acionar um dispositivo que capturasse a temporalidade da exclusão e a materialidade do esforço. A câmera, portanto, operou na pesquisa não apenas como

registro, mas como testemunha ocular da assimetria, transformando a experiência de impedimento, antes restrita à sensação subjetiva da pesquisadora, em um dado visual passível de análise sociológica pública.

Nessa perspectiva, a utilização do suporte audiovisual, utilizado na pesquisa de Cunha (2025), alinha-se à proposta de Cocco (2021) sobre as “(d)escrições autoetnográficas” sensoriais. Para a autora, o registro de imagem e som não é puramente ilustrativo, mas um modo de presentificar a cena, permitindo que a experiência pessoal e as reações somáticas do pesquisador diante das barreiras institucionais sejam inscritas como dados científicos legítimos.

Assim, a metodologia proposta em estudos etnográficos não separa o sujeito do objeto, nem a arte da ciência. Ao entrelaçar a narrativa biográfica com o registro audiovisual, constrói-se uma ciência do “vivido” que não apenas descreve a realidade, mas a tensiona. É através dessa articulação metodológica de caráter híbrido que a pesquisa de Cunha (2025) buscou mapear as barreiras físicas de um campus universitário: o Campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, sobretudo, evidenciar as dinâmicas de exclusão que atravessam esses espaços.

3. A empiricidade em relevo: A trajetória como tensão à norma institucional

Ao analisar os dados da pesquisa de Cunha (2025) sob a ótica da empiricidade, a validação da etnobiografia, enquanto dispositivo epistemológico, culmina na capacidade de confrontar as normas abstratas com a materialidade da vida. No campo dos estudos sobre Deficiência, tema estudado por Cunha (2025), isso significa romper com o ‘modelo médico’, que enxerga o corpo com deficiência como uma falha biológica a ser corrigida para adotar o ‘modelo social’, que localiza a deficiência nas barreiras impostas pelo ambiente (Cunha, 2025).

Conforme Oliveira (2021), esse movimento traduziria a necessidade de “falar mais alto do que as cicatrizes” (2021, p.4) e a autoetnografia permite que o sujeito recuse a narrativa de superação individual e politize a sua experiência, transformando a cicatriz em um texto de denúncia sobre as estruturas capacitistas que tentam domesticar corpos desviantes.

Essa politização do vivido foi o eixo central da pesquisa realizada no Campus Gragoatá-UFF (Cunha, 2025). Ao percorrer a universidade com uma câmara, a investigação não buscou exclusivamente mostrar os problemas da acessibilidade, mas também registrar a textura da exclusão. A empiricidade do processo revelou que uma porta estreita ou um elevador avariado não são meros problemas de manutenção, são mensagens institucionais de não-pertencimento.

Assim como Cunha (2025) denuncia o não-pertencimento em uma universidade pública brasileira, Bandeira e Costa (2022) demonstraram em relação às mulheres com deficiência na Amazônia, ou seja, a autoetnografia, nesses contextos, traz à luz histórias que os mapas oficiais ignoram. As autoras defendem que narrar essas trajetórias invisibilizadas é uma forma de produzir contra narrativas que disputam o imaginário social sobre quem tem direito a ocupar o espaço público, sendo ele público a todos.

Nossos corpos-beira-de-rio são extensão deste, não é um corpo que separa sujeito/natureza, nossos corpos com deficiência são corpos líquidos afluentes das águas que nos permeiam, o rio está na nossa existência desde o tutano. É nesse sentido que a autoetnografia nos permite romper com o silenciamento e movimentar as beiras e margens. Movimentemos! (Bandeira; Costa, 2022, p.139).

Nesse sentido, o corpo que transita e narra a sua dificuldade de acesso opera o que Silva Júnior e Nunes (2023), relendo Foucault, chamariam de contraconduta. A presença de Cunha (2025) nos espaços que não foram desenhados para ela e o ato subsequente de transformar essa fricção em produto audiovisual tensionam a norma institucional. O lugar de fala, aqui, converte-se em um lugar de saber que expõe as vísceras da instituição.

Portanto, a análise dos dados coletados em campo por Cunha (2025) e concretizados em um audiovisual confirma a hipótese de Honneth (2003) de que a luta por reconhecimento não ocorre num vácuo teórico, mas no atrito diário com as instituições. A etnobiografia, ao documentar esse atrito, oferece às ciências sociais um diagnóstico preciso de onde a democracia falha. Não se trata apenas de pedir uma rampa, mas de exigir que a estrutura física da universidade reconheça integralmente a dignidade daquele sujeito como parte integrante e usuário da comunidade acadêmica.

4. Limites, tensões e potências do audiovisual autoetnográfico: Entre a exposição do corpo e a justiça epistêmica

A autoetnografia, ao assumir a experiência vivida e o corpo do pesquisador como elementos constitutivos do processo investigativo, tensiona pressupostos tradicionais da produção científica, especialmente aqueles associados à neutralidade e à separação rígida entre sujeito e objeto de pesquisa. Conforme discutem Raimondi *et al.* (2019), a deslegitimação do corpo e da experiência como fontes válidas de conhecimento está associada a uma lógica de colonialidade do saber (Raimondi *et al.*, 2019; Ribeiro; Rodrigues, 2023b), na qual determinadas corporalidades são historicamente acusadas de extrema subjetividade e, por isso, excluídas do campo da ciência.

Nesse sentido, o corpo deixa de ser compreendido como mero suporte biológico ou ruído metodológico e passa a ser reconhecido como território de produção de conhecimento situado, atravessado por relações de poder, silenciamento e hierarquização epistemológica (Raimondi *et al.*, 2019). Esse deslocamento não ocorre sem tensões, uma vez que expõe os limites dos modelos científicos hegemônicos frente a experiências corporais dissidentes, especialmente aquelas marcadas por deficiência, gênero, raça ou outras condições historicamente marginalizadas.

A perspectiva decolonial (Raimondi *et al.*, 2019; Ribeiro; Rodrigues, 2023b) contribui para aprofundar esse debate, ao afirmar que o lugar de fala dos sujeitos pertencentes a grupos minorizados não se restringe à dimensão identitária, mas constitui um lugar legítimo de produção de saber. Danner *et al.* (2020) sustentam que o reconhecimento do lugar de fala implica admitir que determinadas experiências são insubstituíveis e não podem ser plenamente representadas por sujeitos externos a essas vivências. Assim, a experiência encarnada do pesquisador não apenas informa a pesquisa, mas estrutura sua própria possibilidade de existência enquanto conhecimento científico.

Quando articulada ao suporte audiovisual, a autoetnografia amplia essas tensões. Conforme argumenta Cocco (2021), as (d)escrições autoetnográficas operam por meio da presentificação da experiência, mobilizando dimensões sensoriais e afetivas que deslocam o leitor, ou espectador, para uma posição de envolvimento com o vivido. No

caso do audiovisual, essa presentificação intensifica a dimensão perceptiva da narrativa, tornando visíveis gestos, deslocamentos, obstáculos e interações que dificilmente seriam apreendidos apenas pela escrita.

Entretanto, a potência comunicativa dessa estratégia metodológica não elimina seus limites. A exposição do corpo do pesquisador, especialmente quando se trata de corpos historicamente silenciados, reinscreve vulnerabilidades já analisadas por Raimondi *et al.* (2019), ao mesmo tempo em que exige um rigor ético e analítico constante para que a experiência pessoal não se converta em relato isolado ou meramente ilustrativo.

Como indicam Santos (2017) e Santos e Biancalana (2018), a escrita e, por extensão, o registro autoetnográfico demandam um equilíbrio entre a dimensão autobiográfica e a análise crítica, de modo que o vivido funcione como operador teórico capaz de iluminar processos sociais mais amplos.

Dessa forma, a autoetnografia audiovisual configura-se simultaneamente como um campo de tensões e de potências. Ao tornar visíveis experiências corporificadas sistematicamente excluídas da produção científica, essa abordagem contribui para a ampliação dos modos de conhecer e narrar a realidade, ao mesmo tempo em que desafia os limites epistemológicos, éticos e políticos da pesquisa acadêmica. Trata-se, portanto, de uma escolha metodológica situada, que exige reflexividade constante e compromisso com a densidade teórica do conhecimento produzido.

4.1 A exposição do corpo como custo metodológico e político

Diferentemente de abordagens que mantêm o pesquisador em uma posição de distanciamento em relação ao objeto investigado, a etnobiografia exige a implicação direta do sujeito na produção do conhecimento. Como apontam Raimondi *et al.* (2019), corpos dissidentes historicamente foram silenciados na ciência sob a acusação de “extrema subjetividade”, sendo considerados inadequados à produção de saber legítimo. Ao romper com essa lógica, a autoetnografia reivindica o corpo como território de conhecimento e o expõe às mesmas estruturas que o deslegitimam.

Esse movimento implica reconhecer que narrar a própria experiência de exclusão não é um gesto neutro. Ao contrário, trata-se de uma prática que pode reatualizar dores,

constrangimentos e violências simbólicas. Pereira e Barros (2021) argumentam que a escrita autoetnográfica carrega as marcas do silenciamento, do embaçamento e da colonização dos corpos, justamente porque se produz em confronto com normas acadêmicas que exigem assepsia, distanciamento e apagamento da experiência sensível. Nesse contexto, o corpo do pesquisador não apenas produz dados, mas também suporta o ônus de torná-los públicos.

Na pesquisa de Cunha (2025), essa exposição se intensifica, ao utilizar o audiovisual como uma modalidade de divulgação e exposição. O corpo em movimento, enfrentando barreiras arquitetônicas, não aparece apenas como narrador da experiência, mas como evidência material de uma estrutura institucional que falha em garantir condições mínimas de autonomia.

A câmera registra o obstáculo físico, além da assimetria moral que ele produz: o esforço excessivo, a dependência forçada e a interrupção do fluxo cotidiano. Sob a lente da Teoria do Reconhecimento (Honneth, 2003), essa exposição revela uma ferida moral, na medida em que a instituição comunica, ainda que implicitamente, que aquele corpo não foi considerado em seu projeto. Segundo Cunha (2025):

o audiovisual transcende o mero registro e se firma como instrumento capaz de tornar a produção científica mais acessível a todos, principalmente ao trabalhar conceitos de equidade e respeito às diferenças. Sua veiculação contribui para ampliar o debate, colocando a perspectiva da pessoa com deficiência no centro da reflexão sobre direitos, permanência e inclusão nas universidades brasileiras (Cunha, 2025, p. 84).

Assim, a autoetnografia audiovisual opera em um terreno delicado, no qual o pesquisador assume conscientemente o risco de transformar sua própria vulnerabilidade em ferramenta analítica. Trata-se de um custo metodológico que não pode ser ignorado, mas que constitui, ao mesmo tempo, a força política do método.

4.2 O audiovisual como testemunha moral e prova social da exclusão

Se a escrita autoetnográfica já tensiona os limites da pesquisa tradicional, a incorporação do audiovisual amplia significativamente esse tensionamento. Diferentemente da descrição textual, a imagem em movimento possui a capacidade de presentificar a cena da exclusão, tornando visível aquilo que frequentemente é

minimizado ou naturalizado nos discursos institucionais. Coccaro propõe (2021) que os registros autoetnográficos sensoriais não se limitam a ilustrar o vivido, mas produzem uma forma específica de conhecimento, capaz de mobilizar afetos, percepções e julgamentos morais.

No caso da pesquisa de Cunha (2025), o audiovisual atua como uma espécie de testemunha moral. A câmera registra o tempo necessário para transpor um obstáculo, a interrupção forçada do percurso, o esforço físico exigido para realizar ações ordinárias. Esses elementos, muitas vezes diluídos ou invisibilizados na escrita acadêmica, tornam-se dados empíricos incontornáveis. O que está em pauta não é apenas a existência da barreira, mas a experiência concreta de enfrentá-la e superá-la.

Melo e Oliveira (2020) contribuem com essa compreensão, ao afirmarem que os saberes narrativos configuram temporalmente a experiência. No audiovisual, essa configuração se intensifica, pois o tempo deixa de ser uma abstração e passa a ser percebido como duração, espera e desgaste. O vídeo, nesse sentido, materializa aquilo que o texto descreve: o tempo roubado que marca a vivência de pessoas com deficiência em espaços que não foram pensados para seus corpos.

Além disso, o audiovisual desloca a experiência do campo privado para o espaço público da análise social. Ao ser compartilhada, a cena da exclusão deixa de pertencer apenas ao sujeito que a vivencia e passa a interpelar o espectador, produzindo um efeito de responsabilização coletiva. Sob a ótica de Honneth (2003), esse deslocamento é fundamental, pois transforma o sofrimento individual em demanda pública por reconhecimento. A câmera, assim, não apenas registra, mas convoca o olhar do outro, rompendo com o silenciamento institucional.

4.3 Entre o risco da subjetivação e a potência da justiça epistêmica

Um dos principais questionamentos dirigidos à autoetnografia, especialmente quando articulada ao audiovisual, refere-se ao risco de uma suposta "excessiva subjetivação" do conhecimento. Para mitigar esse risco, Santos e Biancalana (2017) advertem que a narrativa pessoal deve servir de "trampolim" para uma compreensão social mais ampla, garantindo que o vivido opere como disparador analítico e não como um fim em si mesmo.

Santos (2017) destaca que o receio da subjetividade decorre, muitas vezes, de uma concepção limitada de ciência que insiste em separar artificialmente sujeito, método e objeto. Ao reconhecer o papel político do autor e a influência de sua trajetória, o método não enfraquece o rigor científico, mas o redefine e o amplia.

Nesse sentido, a acusação de subjetividade excessiva revela mais sobre os critérios excludentes da ciência tradicional, que Gama (2020) identifica como fruto de uma lógica colonial e imperialista, do que sobre as limitações da autoetnografia. Raimondi *et al.* (2019) demonstram que a recusa da experiência como dado legítimo é uma expressão da colonialidade do saber, que hierarquiza corpos e vozes. Ao contrário do que se supõe, é justamente a explicitação da posição do pesquisador que confere transparência e densidade analítica ao processo, recusando a separação entre razão e emoção.

A articulação proposta por Cunha (2025) entre etnobiografia e audiovisual, pautado no método autoetnográfico, configura-se, portanto, como uma estratégia de justiça epistêmica que visa recuperar vozes desconsideradas e quebrar silêncios acadêmicos. Ao tornar visíveis experiências sistematicamente ignoradas, o método mapeia barreiras arquitetônicas e revela a gramática moral que sustenta a exclusão. Como destaca na investigação:

A voz da pesquisadora, presente na narração e nas imagens, não se limita a um testemunho pessoal; ela atua como um dispositivo crítico que evidencia as contradições entre o discurso institucional de inclusão e as práticas efetivas vivenciadas nos espaços universitários (Cunha, 2025, p. 84).

Assim, entre os riscos da exposição e as críticas à subjetividade, a autoetnografia audiovisual defende que sua principal potência é transformar o "lugar de fala em lugar de saber" (Danner *et al.*, 2020). Ao mobilizar emoções para engajar a audiência de forma afetiva no tema da exclusão, o método desloca sujeitos historicamente objetificados para a posição de produtores legítimos de conhecimento. É nesse movimento que a pesquisa deixa de ser apenas descrição da realidade e passa a atuar como uma intervenção ética e política no campo científico.

Considerações Finais

Este artigo buscou discutir a etnobiografia não como um recurso acessório e meramente subjetivo ou um desvio metodológico, mas sim como uma epistemologia legítima de produção de conhecimento. Como propõem Gonçalves, Marques e Cardoso, (2012, p.9) a abordagem é capaz de estruturar uma narrativa que propõe “ a não mais antagônica relação entre subjetividade e objetividade, cultura e personalidade”, articulando de forma direta a experiência vivida às estruturas sociais.

Ao deslocar o corpo do pesquisador da condição de ruído metodológico para a posição de lócus epistemológico, argumentou-se, neste artigo, que a narrativa em primeira pessoa, longe de representar uma extrema subjetividade, constitui uma lente analítica de alta densidade, especialmente quando mobilizada por sujeitos historicamente silenciados na produção científica.

Ao longo do texto, demonstrou-se que a etnobiografia, particularmente quando articulada ao suporte audiovisual, opera como um dispositivo de reconhecimento nos termos propostos por Honneth (2003). O relato de si e a visibilidade do sofrimento produzido por barreiras institucionais naturalizadas convertem o que antes era vivido como experiência individual em uma demanda pública por reconhecimento moral.

Nesse sentido, a pesquisa de Cunha (2025) evidencia que as falhas de acessibilidade arquitetônica não se reduzem a problemas técnicos, mas expressam uma gramática moral de exclusão que compromete o pertencimento e a dignidade de pessoas com deficiência no espaço universitário. Essa dignidade ferida, contudo, conforme evidenciado no audiovisual, não diz respeito a um sujeito universal, mas um corpo concreto atravessado, de forma indissociável, por marcadores de gênero, raça e classe em suas experiências de exclusão.

A análise desenvolvida permitiu sustentar que o audiovisual autoetnográfico (Cunha, 2025) não atua como mera ilustração da escrita acadêmica, mas como testemunha social da exclusão. Ao registrar a temporalidade do esforço, a interrupção dos percursos e a desproporção entre o corpo e a arquitetura, a imagem em movimento transforma a experiência sensível em dado empírico passível de análise sociológica e

interpelação pública. Assim, a articulação metodológica de caráter híbrido aqui discutida amplia o escopo da empiricidade, incorporando dimensões sensoriais e afetivas que permanecem, muitas vezes, inacessíveis aos modelos tradicionais de pesquisa.

Reconhecer a potência desse dispositivo analítico implica também assumir suas tensões. A exposição do corpo do pesquisador, especialmente quando se trata de corpos marcados pela deficiência e demais marcadores identitários, constitui um custo metodológico e político que exige rigor ético e reflexividade constante. Ainda assim, considera-se que esses riscos não enfraquecem a pesquisa; ao contrário, revelam os limites dos paradigmas científicos hegemônicos e a necessidade de ampliar os critérios de legitimidade do conhecimento produzido.

A etnobiografia reivindica uma ciência que não apenas descreve a realidade, mas se compromete com sua transformação, pois transforma o lugar de fala em lugar de saber. Nesse horizonte, a contribuição deste artigo reside na defesa de uma prática científica que reconheça o corpo como fonte legítima de conhecimento, a narrativa como método e o audiovisual como instrumento de justiça epistêmica.

Mais do que mapear barreiras arquitetônicas, trata-se de revelar as estruturas simbólicas e morais que sustentam a exclusão, convocando a universidade, enquanto instituição formadora e produtora de saber, a repensar seus modos de inclusão, permanência e reconhecimento.

Referências:

ALTMANN, Eliska. *O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch (Resenha)*. Mana, v. 16, n. 1, p. 233–236, abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000100012> Acesso em: 11 mai 2026.

BANDEIRA, Keiliane. DE L.; COSTA, Kamilla. S. DA. *Mulheres com deficiência na Amazônia: a autoetnografia como recurso metodológico para narrar histórias invisibilizadas*. Horizontes Antropológicos, v. 28, n. 64, p. 121–141, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300005> Acesso em: 16 jan. 2026.

COCCARO, Luciane M. *Autoethnographic (D)escriptions: performance in dialogue with anthropological research approaches*. Revista Brasileira de Estudos da Presença, v. 11, n. 2, p. e102509, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbep/a/GztYmrVSG8sqW4sCX3Sq9NJ/?lang=pt> Acesso em: 21 jan. 2026.

CUNHA, Thaliane A. *Para Além das Rampas: Audiovisual sobre Acessibilidade Arquitetônica do Campus Gragoatá- UFF*. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 26 set. 2025.

CUNHA, Thaliane A. *Para além das rampas: caminhos e ensaios pelo Gragoatá*. Youtube, 2025. 15 minutos e 38 segundos.

DANNER, Leno F. *Decolonialidade, Lugar de Fala, e Vozes-Práxis Estético-Literatura Indígena Brasileira*. Alea: Estudos Neolatinos, v. 22, n. 1, p. 59–74, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/20202215974> Acesso em: 15 jan. 2026.

DUTRA, Luiz H. de A. *Introdução a Epistemologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FRANÇA, Bianca Z. *Pesquisando diante, com e como terreiro: reflexões metodológicas sobre possibilidades no fazer etnográfico em um terreiro de Umbanda*. Religião & Sociedade, v. 42, n. 3, p. 105–127, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/GxVbpdYcdGgVZzSZNZrfqdS/?lang=pt> Acesso em: 15 jan. 2026.

GAMA, Fabiene. *A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla*. Anuário Antropológico. [Online], v.45 n.2 | 2020, posto online no dia 28 maio 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/5872>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.5872> Acesso em: 18 dez. 2025.

GONÇALVES, Marco Antonio. *O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch*. Rio de Janeiro. Editora Topbooks, 2008.

GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (Orgs.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Trad: Luiz Repa. 1ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2003. ISBN 85-7326-281-8

INGOLD, Tim. *Epilogue: "Anthropology is not Ethnography"*. In: _____. *Being Alive*. London; New York: Routledge, 2011. p. 229-243. Tradução e revisão para a língua portuguesa brasileira de Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377808289_ANTROPOLOGIA_NAO_E_ETNOGRAFIA_por_Tim_Ingold Acesso em: 11 mai 2026

LIMA, Jair A. de. *A subjetividade como reflexividade e pluralidade: notas sobre a centralidade do sujeito nos processos sociais*. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio-ago 2018, p. 246-270. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-020004814> Acesso em: 15 jan. 2026.

MELO, André M. R. DE.; OLIVEIRA, Míria. G. DE. *"Eu, leitor de mim": saberes narrativos e reflexividade autobiográfica no sertão potiguar*. Educar em Revista, v. 36, p. e75656, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6F6RDBFJkkdgvnyB53V6xzx/?lang=pt> Acesso em: 14 jan. 2026.

OLIVEIRA, Bernardo C. S. C. M. DE. *Permita-me falar mais alto do que minhas cicatrizes*. Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro, n. 37, p. e21302, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21302.a> Acesso em: 14 jan. 2026.

PEREIRA, Flávia L; BARROS, Nelson F. *Escrita autoetnográfica e performática dos silenciamento, embaçamento e colonização dos nossos corpos*. Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro, n. 37, p. e21308, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21308.a> Acesso em: 15 jan. 2026.

RAIMONDI, Gustavo,A; MOREIRA, Cláudio; BARROS, Nelson F. *O corpo negado pela sua “extrema subjetividade”: expressão da colonialidade do saber na ética em pesquisa*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180434, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180434> Acesso em: 10 jan. 2026.

Ribeiro, José da Silva; Rodrigues, Manoela Afonso. *Autobiografia: campo de experimentação em expansão*. Cinemas. Edição 2, pp. 21-35, 2023a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376755296_Autobiografia_campo_de_experimentacao_em_expansao_Manoela_dos_Anjos_Afonso_Rodrigues Acesso em: 11 mai 2026

RIBEIRO, José da Silva; RODRIGUES, Manoela dos Anjos Afonso. *Entre olhares e fazeres autobiográficos: uma experimentação coletiva em audiovisual*. AVANCA|CINEMA, n. 14, 2023b. Disponível em: <https://publication.avanca.org/index.php/avancacinema/pt/article/view/548> Acesso em: 11 mai 2026

SANTOS, Camila. M.; BIANCALANA, Gisela. R. *Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas*. Revista Aspas, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 53–63, 2017. DOI: 10.11606/issn.2238-3999.v7i2p53-63. Disponível em: <https://revistas.usp.br/aspas/article/view/137980> Acesso em: 28 jan. 2026.

SANTOS, S.M.A. *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios*. Plural. São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 214–241, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.113972> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972> Acesso em: 6 fev. 2025.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 1 Edição. Editora Cortez. São Paulo, 2014.

SILVA, Marcos A. *Eduardo Coutinho e o cinema etnográfico: para além da antropologia*. Cambiassu – Edição Eletrônica, São Luís, ano XIX, n. 7, p. 161-, jan./dez. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/1065392/EDUARDO_COUTINHO_E_O_CINEMA_ETNOGR%C3%81FICO_PARA_AL%C3%89M_DA_ANTROPOLOGIA Acesso em: 11 mai 2026

SILVA JÚNIOR, Welinton S.; NUNES, Mário L. F. *Currículo Cultural: Outras possibilidades de pensar a ressignificação*. Movimento, v. 29, p. e29008, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.124717> Acesso em: 14 jan. 2026.